

Déficit ameaça acordo com FMI

O secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, alerta ainda que o orçamento embute um déficit primário (receitas menos despesas, inclusive de juros) equivalente a 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Este desequilíbrio, equivalente a Cr\$ 12 trilhões, ocorre pela primeira vez desde 1989, e compromete o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A origem da crise está na queda da arrecadação de impostos, que não pode ser compensada com o corte de despesas. Espera-se uma queda de 13 por cento (Cr\$ 3,6 trilhões) na arrecadação do Imposto de Renda, sendo que o pagamento das empresas deverá cair 32 por cento. Esta queda não se deve à recessão, pois o Ministério da Economia prevê um crescimento de três por cento no PIB em 1993, mas é causada pelas mudanças na legislação tributária, que abriram brechas às empresas para fugir ao fisco. Com este quadro, as receitas ordinárias do Tesouro (não vinculadas) sofreram uma queda de sete por cento em relação às de 1992, que por sua vez já estão abaixo das do ano passado.

Apenas os Ministérios da Saúde, Previdência, Educação e Trabalho, que têm suas receitas vinculadas, não serão afetados. Enquanto as receitas fiscais deverão cair de Cr\$ 93,3 trilhões para Cr\$ 92,4 trilhões entre 1992 e 1993, as receitas da seguridade social deverão crescer de Cr\$ 63,0 trilhões para Cr\$ 83,0 trilhões no próximo ano.

Como tábua de salvação, o Ministério da Economia recomenda ao Congresso a aprovação da reforma fiscal, onde prevê-se a eliminação de 13 impostos, uma redistribuição das receitas e despesas entre Governo Federal e os estados e municípios, mudanças na Previdência Social, fim da estabilidade do servidor, criação do Imposto sobre Ativos e da contribuição sobre transações financeiras, entre outras medidas. "A reforma fiscal é necessária, pois não há receitas para cobrir as necessidades e o Governo não pode mandar o orçamento com déficit nem pode emitir títulos para cobrir gastos", explica Pedro Parente. Na especificação dos gastos, o orçamento aprova um grande crescimento nas despesas com a dívida pública.